

# Puxadinhos com os dias contados

DF-

MP exige que o GDF apresente uma solução para invasões em quatro meses

RICARDO MARQUES

FLÁVIA RIBAS

Nos próximos 120 dias, o GDF deve apresentar uma solução para os puxadinhos comerciais na área tombada de Brasília. Mais de 96 mil metros de área pública no Plano Piloto são invadidos pelas extensões de lojas, bares e restaurantes – dos quais 44 mil de área coberta –, segundo levantamento recente feito pela Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau).

No Sudoeste e no Cruzeiro, que se encontram na abrangência da área tombada, são 7.500 metros quadrados de invasão. O Sudoeste é o bairro com menor invasão na área comercial. Dos 3.814 estabelecimentos cadastrados pela Sefau, apenas 13 invadem a área pública. No Cruzeiro, quase metade dos estabelecimentos invadem, segundo a Sefau.

O Ministério Público – Federal e do DF – deu prazo de quatro meses para que o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Administração de Brasília, a Seduh e a Sefau dêem fim ao problema, que vem sendo discutido pelos órgãos desde o ano passado.

Ao todo, 1.028 estabelecimentos comerciais da Asa Sul e Norte garantem seu negócio ultrapassando os limites da calçada nos comércios locais. Na Asa Norte, 11% dos comerciantes invadem a área pública com construções, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). Na Asa Sul, o puxadinho é uma realidade em quase metade do comércio.

A invasão de área pública se tornou tão comum que, em algumas quadras, os comer-



As invasões, como esta na comercial da 302 Sul, já somam mais de 96 mil metros quadrados

## OS NÚMEROS DO ABUSO

■ A área pública invadida pelos puxadinhos do comércio local no Plano Piloto – 96.924 m<sup>2</sup> – equivale à área de 1,5 superquadra residencial.

■ O tamanho original das lojas é 35 m<sup>2</sup>

### Área pública ocupada por estabelecimentos comerciais (em m<sup>2</sup>)

#### ■ Brasília (Asa Sul e Norte)

Coberta: 44.906

Descoberta: 52.018

Estabelecimentos que ocupam área pública: 1.028

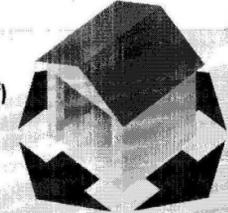
#### ■ Cruzeiro

Coberta: 5.987

Descoberta: 910

Estabelecimentos que ocupam área pública: 380

Estabelecimentos comerciais: 754



#### ■ Sudoeste e Octogonal

Coberta: 610

Descoberta: 0

Estabelecimentos que ocupam área pública: 13

Estabelecimentos comerciais: 3.814

Fonte: Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau), de janeiro a março 2004

ciantes que não invadiram são exceções e acabam prejudicados. No comércio local da 302/3 Sul, por exemplo, algumas lojas sem o puxadinho tiveram de cercar a área para evitar a presença de moradores de rua, que usavam os be-

cos para dormir e fazer necessidades fisiológicas.

No subsolo de uma ótica, por exemplo, os funcionários do laboratório tinham de limpar, eles mesmos, o local por que o mau cheiro era insuportável durante o trabalho. Os

funcionários pediram ao proprietário da loja que cercasse o fundo, para evitar transtornos.

Caso semelhante ocorreu na mesma rua, na joalheria Tavares. "A administração nos solicitou a retirada da grade, mas, por motivos de segurança, conseguimos manter o direito. Nos sentimos prejudicados pelo abuso dos moradores de rua", diz Vânia Tavares, proprietária da loja.

Na 305 Sul, criou-se um beco nos fundos de uma joalheria que manteve o tamanho original entre duas lojas que avançaram sobre a área pública. No local, funciona um ponto de jogo do bicho. A proprietária da loja, Lourdes Benele Canal, diz que nunca sentiu necessidade de aumentar o terreno. "Percebi que outros comerciantes têm dor de cabeça para conseguir regularizar ou para pagar as taxas extras. Não tenho interesse", explica.

## Patrimônio descaracterizado

A expansão do comércio local descaracteriza o projeto urbano da capital. A portaria 314 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico prevê as escalas residencial, bucólica e gregária para toda a cidade. Os comércios locais são a inserção da escala gregária (comércio, serviços) na escala residencial, que deve predominar. "À medida que os comércios crescem e passam a incomodar a vizinhança, algo está errado. E é por isso que tentamos acabar com a expansão dos puxadinhos", explica o superintendente regional do Iphan, Cláudio Queiroz.

Para o Iphan, o maior problema são as invasões que impedem a passagem do pedestre da quadra comercial até a residencial ou a proteção da marquise para as chuvas, por exemplo. "Não temos nada contra quem coloca as cadeiras na rua, respeitando as marquises. O problema de invasão da área pública, nesse caso, deve ser resolvido só com o GDF", diz.

De acordo com o levantamento da Secretaria de Fiscalização, cerca de 10% das lojas mantêm a invasão por liminar judicial, segundo o Secretário de Fiscalização, Vatanábio Brandão. O impasse jurídico foi criado em 1996, quando a Câmara Legislativa aprovou uma lei para regularizar a expansão das lojas, em até seis metros quadrados. Por isso, hoje o governo não pode derrubar as áreas invadidas. "Para os comerciantes, isso re-

presenta um investimento, que foi feito regularmente. A primeira barreira para a derrubada é uma liminar judicial", explica o secretário.

A alternativa encontrada pelas autoridades públicas é exigir a recuperação da calçada quando uma loja muda de destinação comercial. "Se um restaurante se transforma em padaria, exigimos a derrubada do puxadinho antes do novo negócio começar a funcionar", explica o secretário. Desde o ano passado, 260 áreas comerciais já restabeleceram o tamanho original, de 35 metros quadrados.

No caso de estabelecimentos que não mudam de endereço, como restaurantes e bares tradicionais, a Secretaria de Fiscalização enfrenta dificuldades para recuperar a área pública.

Uma liminar judicial impede a Secretaria de fazer um cadastramento sobre invasão de área pública no Plano Piloto. "Começamos a pesquisar a situação dos comerciantes, mas uma liminar impede-nos de obrigá-los a preencher um formulário", justifica o secretário.

O questionário pede informações sobre a área pública invadida e pagamento de taxa de ocupação. No Plano Piloto, a taxa anual de ocupação é de R\$ 46,15 por metro quadrado de área construída e R\$ 27,96 por metro quadrado para áreas descobertas. A arrecadação, em todo o DF, chega a R\$ 1 milhão por ano.

**"À medida que os comércios crescem e passam a incomodar a vizinhança, algo está errado"**

Cláudio Queiroz,  
Superintendente regional do  
Instituto de Patrimônio Histórico

## Cerca e grade no caminho

Nos prédios residenciais do Plano Piloto e Sudoeste, a passagem dos pedestres é comprometida por cercas vivas e pela criação de salões de festa nos terraços dos edifícios.

No Cruzeiro, por motivo de segurança, a maioria dos prédios é cercada por grades. "Em todos esses prédios, já entramos com ação civil pública pedindo a retirada das grades. O arquiteto Lúcio Costa sempre quis que os pedestres transitassem livremente", diz o superintendente regional do Iphan, Cláudio Queiroz.

A portaria 314 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) determina que nos pilotis devem existir apenas as entradas dos blocos. "O resto foi criado por leis complementares inconstitucionais", explica o superintendente.

Segundo ele, a inconveniência dos salões de festa não se limita só ao barulho, mas impede até a vista de quem passa ou mora nos prédios vizinhos. "É muito agradável observar a luz do sol atravessando os blocos. Com o fechamento dos pilotis, até as crianças têm que buscar outros locais para diversão, em vez de brincarem embaixo dos blocos", observa.

O Guará é outra cidade onde os prédios vêm recebendo grades, atrapalhando o trânsito de pedestres. Isso acontece, também, nas casas. Muitos moradores, a pretexto de buscarem segurança, cercam becos e parte da área que dá para as ruas.